



U C A M
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
T i j u c a

RESUMO SOBRE PADRÃO OURO E ACORDO DA BASILEIA

REINALDO SOARES DA ROCHA MORAES

RIO DE JANEIRO
OUTUBRO - 2005

REINALDO SOARES DA ROCHA MORAES

RESUMO SOBRE PADRÃO OURO E ACORDO DA BASILEIA

Trabalho apresentado ao Professor José Carlos
Farias Mello da disciplina Macroeconomia II
da turma 23305, turno noite do curso de
Administração de Empresas

UCAM - Tijuca
Rio de Janeiro - 22/10/2005

1-INTRODUÇÃO

Este trabalho é um resumo sobre os PADRÃO OURO e ACORDO DA BASILEIA visa passar os principais conceitos em um trabalho de no máximo 1,5 laudas de desenvolvimento, porém neste trabalho foi desenvolvido um pouco além do solicitado devido a grande extensão do assunto.

2 – RESUMO SOBRE PADRÃO OURO E ACORDO DA BASILEA

PADRÃO OURO

É impossível compreender a história do sistema monetário internacional sem que entendamos o que foi, de fato, o padrão ouro. O padrão ouro foi um sistema internacional de taxas de câmbio fixas, cujo surgimento e operação deveram muito às condições históricas específicas da época de sua implantação e também a várias decisões autônomas de governos nacionais.

O clima político em torno do padrão ouro dirigia-se para a estabilidade da moeda e das taxas de câmbio, pressupondo ausência de pressões sociais que visassem a reorientação das políticas governamentais para outros fins. Porém, uma eventual perda de confiança na capacidade de sustentação da conversibilidade implicava em uma grande vulnerabilidade dos sistemas financeiros dos países que adotavam o padrão ouro, que a partir de 1870 foi convertido em base para as operações monetárias internacionais.

Admitindo que o sistema monetário seja parcialmente representativo e que a base monetária desse sistema seja formada por peças de ouro, cuja aceitação fundamenta-se no valor intrínseco desse metal, enquanto mercadoria, e que também há uma rede de casas de custódia funcionando como casas bancárias, temos que o público efetua depósitos em peças metálicas e recebe como contrapartida um tipo de certificado de depósito, conversível em ouro a qualquer momento. Uma vez que os agentes não solicitam suas reconversões ao mesmo tempo, criam-se condições para que as casas bancárias possam emitir certificados de depósito sem o correspondente

lastro em ouro. Assim sendo, enquanto houver confiança do público em seu sistema bancário, os certificados de depósito são utilizados como meios de pagamento, cuja aceitação corresponde à das próprias peças metálicas, concluindo portanto o seu processo de criação de moeda. (Lopes & Rossetti, p.149)

No início do século XIX somente a Grã-Bretanha havia adotado plenamente o padrão ouro, pois os estatutos monetários de muitos países permitiam a cunhagem e a circulação conjunta de moedas de ouro e prata, praticando o que ficou conhecido como padrões bi metálicos ou bimetalismo,

O padrão ouro foi seguido por Dinamarca, Holanda, Noruega, Suécia entre outros, atingindo inclusive a América Latina, cujos interesses ligados à mineração da prata eram muito fortes. Seguiram o rastro do padrão ouro a Argentina, o México, Peru e Uruguai, Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. Em outros países a adoção do padrão ouro se dava no sentido de que, sempre que solicitados, seus governos se prontificavam a converter o dinheiro em circulação em ouro a um preço fixo.

Em alguns países da América Latina e sul da Europa eram grandes as pressões por uma desvalorização da moeda, que teria como resultado a suspensão da conversibilidade em ouro. Isso ocorreu na Argentina, Brasil, Chile, Itália e Portugal, onde eram muito fortes as influências políticas dos proprietários de terras e dos exportadores de produtos básicos, que freqüentemente eram os únicos grupos de interesse à época. O caso brasileiro é emblemático porque nos dá uma visão clara das dificuldades de operacionalização do padrão ouro pelas economias periféricas entretanto, os graves problemas decorrentes da eclosão da Primeira Guerra Mundial minaram por completo a relativa estabilidade do padrão ouro, e a libra esterlina, que

antes fora fundamental para o sistema, já não desfrutava da mesma posição privilegiada ao final da guerra, além do que o mundo já observava a ascensão política e econômica dos Estados Unidos. Isso fez com que o padrão ouro fosse substituído pela moeda americana.

ACORDO DA BASILEA

O Acordo da Basiléia é documento internacional firmado pelo Brasil em 1988, define princípios fundamentais de supervisão bancária, adicionados de diretrizes, padrões e recomendações para aplicação na supervisão bancária dos bancos nos países signatários.

Os Princípios Essenciais da Basiléia se apresentam como referência básica para órgãos supervisores e outras autoridades públicas em todos os países e internacionalmente.

Os Princípios foram concebidos para serem amplamente seguidos por supervisores locais, por grupos regionais de supervisão e pelo mercado. O papel do Comitê da Basiléia, juntamente com outras organizações interessadas, é o de monitorar o progresso dos países na implantação dos Princípios.

O documento foi preparado por um grupo formado por representantes do Comitê da Basiléia e também do Chile, da China, da República Checa, de Hong Kong, do México, da Rússia e da Tailândia. O trabalho contou também com a estreita colaboração de nove outros países (Argentina, Brasil, Hungria, Índia, Indonésia, Coréia do Sul, Malásia, Polônia e Cingapura).

Para o esboço dos princípios houve uma consulta ainda mais ampla, com um grupo maior de supervisores individuais, seja diretamente, seja por meio de grupos de supervisão de cada uma das regiões em questão.

O Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (*Basle Committee on Banking Supervision*) congrega autoridades de supervisão bancária e foi estabelecido pelos Presidentes dos bancos centrais dos países do Grupo dos Dez (G-10), em 1975.

É constituído por representantes de autoridades de supervisão bancária e bancos centrais da Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

Normalmente se reúne no Banco de Compensações Internacionais, na Basileia, Suíça, onde se localiza sua Secretaria permanente.

3-BIBLIOGRAFIA

EICHENGREEN, B. *A globalização do capital*. Uma história do sistema monetário internacional. Trad. Sérgio Blum. São Paulo, 34, 2000. 288p.

FERREIRA DA SILVA, José Cláudio – **Modelos de Análise Macroeconômica**: Um curso Completo De Macroeconomia – RiodeJaneiro, Campus, 1999

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 23.ed. São Paulo, Nacional, 1989. 248p.

KRUGMAN, P.R., OBSTFELD, M. *Economia Internacional*. Teoria e política. 4.ed. São Paulo, Makron Books, 1999. 809p.

LOPES, J do C., ROSSETTI, J. P. *Economia monetária*. 7.ed. São Paulo, Atlas, 1998. 479p.

Este Material foi criado por: Reinaldo S.R. Moraes e pode ser encontrado em:

<http://www.reinaldo.adm.br>

Entre em contato através de:

<http://www.reinaldo.adm.br/contatos.html>